

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS COMPARADOS EM ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS
NÚCLEO DE PESQUISA EM SOCIOLOGIA DO DIREITO

RELATÓRIO DE PESQUISA
UNIVERSAL - CHAMADA MCTIC/CNPQ Nº 28/2018

A DECISÃO EM AÇÃO
O raciocínio jurídico prático nas formas de administração dos conflitos nas instituições jurídicas

PEDRO HEITOR BARROS GERALDO

2022

Projeto Chamada Universal– Chamada MCTIC/CNPq N° 28/2018

Relatório Final

Título do Projeto: A decisão em ação: O raciocínio jurídico prático nas formas de administração dos conflitos nas instituições jurídicas

Coordenador: Pedro Heitor Barros Geraldo (Professor do Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança/IAC/UFF e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito/ICHF/UFF; Vice-diretor do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos)

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Período: 18/02/2019 a 28/02/2022

Equipe de Pesquisadores:

Doutores: Pedro Heitor Barros Geraldo, Ana Paula Sciammarella e Paula Pimenta Campos Velloso

Doutorandos: Maria Idalina Resende, Luiza Barçante, Leticia Delgado

Mestrandos: João Vitor Abreu, Betânia Almeida, Juliana Sanches Ramos, Maristela Tavares

Estudantes de graduação: Juliana Duarte, Gisele Pinho

Apresentação

Este documento constitui o relatório final do projeto “*A decisão em ação: O raciocínio jurídico prático nas formas de administração dos conflitos nas instituições jurídicas*” aprovado no âmbito da Chamada Universal– MCTI/CNPQ N° 14/2012.

O projeto tem o apoio do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), especificamente no subprojeto por mim coordenado ([Justiças, procedimentos e conflitos](#)) do qual a equipe de pesquisadores faz parte. Além disto, o projeto foi cofinanciado pela FAPERJ por meio do Edital FAPERJ N° 08/2015 – Programa Apoio a Projetos de Pesquisa na Área de Humanidades – 2015.

Durante a vigência do projeto entre fevereiro de 2019 e fevereiro de 2022, foram desenvolvidas diversas atividades acadêmicas, atingindo os objetivos propostos no projeto de pesquisa aprovado pelo CNPq. A pesquisa apresenta as regras produção da decisão jurídica presentes nas formas de administração de conflitos nas instituições pesquisadas. Ao mesmo tempo de que busca compreender comparando as diferentes formas de administração de conflitos. entre as diferentes instituições envolvidas. Para além destes objetivos, esta pesquisa contribuiu para a formação dos discentes nas atividades de ensino e pesquisa, a partir de sua inserção das atividades acadêmicas. E consolidou a capacidade de reprodução das Linhas de Pesquisa do INCT-InEAC, dando continuidade à produção de pesquisas e outras produções acadêmicas, na área de administração institucional de conflitos, bem como o Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito (NSD) através da construção coletiva e participativa do conhecimento, a partir de situações concretas e do estabelecimento de conexões e relações teóricas e práticas. Por fim, fomentou o intercâmbio interinstitucional entre a UFF, a UFJF e a UNIRIO, a partir da realização de eventos e bancas envolvendo os pesquisadores destas instituições.

No presente relatório técnico, apresentamos os resultados do desenvolvimento do projeto da seguinte forma: Impactos para avanço do estado da arte na área do conhecimento; Inovação de produtos, processos ou políticas públicas; Formação de recursos humanos especializados; difusão do conhecimento e internacionalização.

1) Impactos para avanço do estado da arte na área do conhecimento

Um dos principais objetivos do presente projeto que foi atingido refere-se à consolidação de uma linha de pesquisa no INCT InEAC, mas principalmente do Núcleo de pesquisa em Sociologia do Direito (NSD) e de formação de recursos humanos especializados em nível de mestrado e doutorado. Este projeto explorou diferentes aspectos da produção da decisão pelos operadores do direito em diferentes instituições jurídicas. A pesquisa identificou os dilemas na produção da decisão pelos operadores e os efeitos das formas de organização do trabalho de decidir.

Os campos de pesquisa a partir da observação participante dos pesquisadores envolvidos se relacionam com:

- a) a produção da denúncia pelo Ministério Público do Estado do Pará em que os promotores têm um grande arbítrio para decidir;
- b) a realização da justiça rápida no baixo Madeira em Porto Velho-RO demonstra como os operadores prescindem da lei para suas decisões visando os aspectos práticos em detrimento da garantia de direitos;
- c) o uso da economicidade pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro demonstra como as disputas internas entre os analistas e conselheiros visa limitar a decisão dos conselheiros percebida como política, ou seja, por um viés negativo produzindo formas de controle que ignoram a discricionariedade típica da gestão administrativa;
- d) a implementação das audiências de custódia na penitenciária no Rio de Janeiro que produziu uma inversão no dilema dos juízes que passaram a se questionar se devem soltar os custodiados ao invés de se perguntarem se devem permanecer soltos;
- e) e os processos administrativos disciplinares nas penitenciárias do Rio de Janeiro que demonstra um grande arbítrio dos agentes penitenciários, promotores e juízes produzindo um prolongamento do tempo de prisão no regime fechado.

Estas pesquisas estão fundadas metodologicamente na observação participante, mas também com a entrevista com os operadores do direito e análise documental dos processos em questão. Em todas elas, pudemos identificar algumas características comuns da propriedade política do direito como o dissenso sobre o significado das regras, o arbítrio dos operadores para decidir e a imprevisibilidade dos efeitos dos rituais de encontro na justiça. Por meio do trabalho de campo nestas instituições, identificamos que o processo, um suposto limitador da forma de tratamento dos conflitos segundo os operadores do direito,

é um instrumento de arbítrio dos operadores. A dissertação de Luiza Barçante Sanandres demonstra como há um grande arbítrio na proposição dos acordos de não-persecução penal aos jurisdicionados na produção das denúncias pelos promotores do Pará. Além de existir um grande dissenso acerca dos significados jurídicos deste instrumento jurídico.

Esta característica também foi identificada na tese de Maria Idalina Monteiro Resende que demonstrou como a justiça rápida do baixo Madeira em Porto Velho-RO, a “justiça do barco”, se restringia aos conflitos que seria possível produzir algum documento com validade imediata, mesmo os procedimentos complexos como pedido de alimentos eram flexibilizados de tal forma a torná-los executáveis imediatamente. O processo deveria iniciar e terminar no barco, pois não há uma organização por parte do judiciário para dar continuidade em outra vara da capital.

A dissertação de João Vitor Freitas Duarte Abreu sobre a implementação das audiências de custódia na cadeia pública no Rio de Janeiro demonstra como a nova organização acabou por inverter os a finalidade da decisão dos juízes, já que os custodiados já se encontravam presos na cadeia onde a audiência se realizava, ao invés de se realizar no Fórum no centro da cidade. Isto produziu uma inversão do dilema decisório dos juízes que se questionavam se os custodiados deveriam ser soltos, enquanto nas audiências no Fórum se questionavam se deveriam prendê-lo.

A dissertação de Maristela de Medeiros Tavares sobre o uso da economicidade pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro demonstra como as disputas internas entre os analistas, o corpo técnico, e conselheiros, o corpo político, tem por objetivo limitar a decisão dos conselheiros percebida como política, ou seja, por um viés negativo produzindo formas de controle que ignoram a discricionariedade típica da gestão administrativa. Essas disputas transformaram a forma de controle das contas passando de um mecanismo de conferência de três preços, por um regime autorizativo do tribunal para que os gestores executem as despesas públicas para um sistema de avaliação da economicidade dos preços indicados pelos gestores buscando sempre controlar as decisões dos conselheiros.

A dissertação de Betânia de Oliveira Almeida de Andrade sobre a execução da pena numa cadeia pública feminina no Rio de Janeiro demonstra como os direitos são negados às encarceradas. Para além das conhecidas razões para o encarceramento, como o viés repressivo e punitivista dos operadores do direito, foi possível identificar como os procedimentos disciplinares prolongam arbitrariamente o cumprimento da pena no regime fechado. Além de encarcerar muito, o “sistema” também não deixa sair. As defesas produzidas pelos Defensores públicos apresentam nas em suas petições justificativas para sua ausência nos procedimentos realizados nas prisões em razão do volume de trabalho. Enquanto as decisões produzidas no âmbito do Ministério Público e do Judiciário ratificam as decisões administrativas

ignorando, por exemplo, o amplo uso de sanções punitivas, como o isolamento, que deveria ser aplicado com autorização judicial.

A dissertação de Juliana Sanches Ramos nas cadeias públicas demonstra como não há uma gradação na aplicação das sanções disciplinares, pois “tudo é falta grave”, segundo os sujeitos da pesquisa. Além disto, a relação dos encarcerados com os defensores demonstra como uma consciência jurídica se constrói significando os direitos como favores divinos em meio aos bilhetes pedindo orientações e assistência jurídica a partir da mobilização de categorias jurídicas pertinentes ao seu caso pelos próprios encarcerados.

A pesquisa nestes diferentes campos demonstrou como as decisões dos operadores consideram as moralidades em cada um dos contextos institucionais, especialmente as formas de organização do trabalho para dar sentido às suas decisões que garantem um grande arbítrio para os operadores. As decisões não são produzidas observando o silogismo jurídico ainda ensinado como forma de imputação do significado jurídico, mas principalmente as disputas internas das instituições que prescindem de um escrutínio mais transparente pela própria sociedade.

2) Contribuição do projeto para inovação de produtos, processos ou políticas públicas

A partir deste projeto, foram oferecidos os cursos Direito em ação: “As abordagens etnometodológicas aplicadas ao direito”; e “Rituais e práticas jurídicas”, esta última juntamente com a pesquisadora de pós-doutorado do INCT-InEAC, Izabel Nuñez, oferecidos aos programas de pós-graduação do PPGSD, PPGA e PPGJS.

Além da disciplina, “O Estado da arte nas pesquisas sobre segurança pública e justiça” lecionado conjuntamente com os Professores Frederico Policarpo (PPGJS-UFF) e Marcelo Campos (PPGCS-UFMG) para os alunos dos cursos do PPGSD-UFF, PPGJS-UFF e PPGCS-UFMG.

3) Formação de recursos humanos especializados

Este projeto fomentou a formação dos seguintes pesquisadores no âmbito da graduação, mestrado e doutorado com um impacto potencial para instituições públicas e para o mercado de trabalho no campo do direito.

A dissertação de Maristela Tavares versou sobre as disputas internas ao TCE-RJ entre o corpo técnico e os conselheiros qualificou-a para as atividades da Ouvidoria na produção de protocolos de atendimento aos jurisdicionados visando a inteligibilidade do seu funcionamento.

A dissertação de João Vitor Freitas Duarte Abreu acerca da implementação das audiências de custódia no Rio de Janeiro contribui para sua seleção como consultor do Programa Justiça Presente, uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) para qualificar a implementação das audiências de custódia no país.

A dissertação Juliana Sanches acerca das arbitrariedades na execução penal nas penitenciárias do Rio de Janeiro favoreceu seu engajamento na fundação do Instituto de Defesa da População Negra (IDPN) no Rio de Janeiro para prestar serviços jurídicos à população negra, mas também para fomentar e apoiar jovens advogados negros no início da carreira.

A formação de Betânia Almeida contribuiu para sua inserção como assistente editorial nas revistas acadêmicas Campo Minado e na Revista de Estudos Empíricos em Direito. A formação de Maria Idalina Resende contribuiu para sua atuação como coordenadora do curso de Direito na Faculdade de Direito de Rondônia (FARO) em Porto Velho-RO. A formação de Letícia Delgado contribuiu para sua inserção no campo da segurança pública em Juiz de Fora - MG. Ela contribuiu para a organização da 1ª conferência municipal de segurança pública. Em seguida, foi nomeada para o Conselho Municipal e se tornou Secretária Municipal de Segurança Urbana e Cidadania (SESUC).

A tese de Luiza Sanandres em 2019 e a dissertação de Juliana Sanches Ramos em 2021 foram indicadas pelo PPGSD para concorrer ao prêmio de teses e dissertações da ANPOCS. A dissertação de Betânia Almeida também foi selecionada para publicação de um livro que está no prelo.

A formação de Juliana Duarte Rocha no Bacharelado em Segurança Pública e Social possibilitou o seu ingresso como mestranda do Programa de Pós-graduação em Segurança e Justiça do InEAC-UFF.

Defesas no âmbito do projeto:

Tese de doutorado

- 1) GERALDO, Pedro Heitor Barros; Ferraz de Almeida, Fábio; Pádua, João Pedro C. V.; MOUZINHO, Gláucia; PLATERO, Klarissa A. S.; KERCHE, Fábio Banca de Luiza Barçante Sanandres. A denúncia em ação: Uma análise das regras práticas de produção da denúncia pelo Ministério Público, 2019. (Sociologia e Direito) Universidade Federal Fluminense.
- 2) GERALDO, Pedro Heitor Barros; LOBÃO, R. J. S.; FONTAINHA, Fernando de Castro; ALVES DA SILVA, Paulo Eduardo; LEITE, Rosimeire V.; FERRAZ, Leslie S. Banca de Maria Idalina Monteiro Rezende. Uma justiça instantânea: Espaço, tempo e decisão na operação de justiça rápida itinerante no baixo Madeira, 2021. (Sociologia e Direito) Universidade Federal Fluminense.

Dissertações de mestrado

- 1) Juliana Sanches Ramos. **Tudo é falta grave: Controle social, procedimentos e resistências na execução penal no Estado do Rio de Janeiro.** 2021. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense - Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- 2) Maristela de Medeiros Tavares. **A técnica e a política da economicidade: Práticas burocráticas de controle dos conselheiros no TCE-RJ.** 2020. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
- 3) João Vítor Freitas Duarte Abreu. **A custódia das audiências: Uma análise das práticas decisórias na Central de audiências de custódia (CEAC) do Rio de Janeiro.** 2019. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense - Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- 4) Betânia de Oliveira Almeida de Andrade. **Quando a cadeia balangar: Uma análise das práticas de controle do encarceramento feminino.** 2019. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense - Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Trabalhos de conclusão de curso:

- 1) GERALDO, Pedro Heitor Barros; SANTOS, Carlos Victor N.; ABREU, João Vítor Freitas Duarte Participação em banca de Gisele Moreira de Pinho. As decisões da justiça e o direito à educação durante a pandemia, 2022. (Segurança Pública). Universidade Federal Fluminense
- 2) GERALDO, Pedro Heitor Barros; PENHA, Ana Carolina Conceição; Andrade, Betânia de O. A. de. Participação em banca de Juliana Duarte Rocha. Justiça de proximidade: A justiça itinerante no Jardim Catarina/ Santa Luzia, 2022. (Segurança Pública). Universidade Federal Fluminense.

3) Bolsas

- 1) Bolsa de PIBIC para Gilese Moreira Pinho;
- 2) Bolsas de mestrado da CAPES de João Vitor Abreu, Betânia Almeida;
- 3) Bolsa de doutorado de João Vitor Abreu;
- 4) Além do contrato de consultoria para o PNUD-CNJ de João Vitor Abreu.

4) Difusão do conhecimento

Além dos cursos oferecidos nos programas de pós-graduação acima mencionados, as pesquisas foram divulgadas na Coluna Judiciário e Sociedade do jornal especializado Jota, no blog Matemática & Ciência do jornal O Globo e no jornal especializado para os profissionais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública chamado Fonte Segura.

Também foram realizadas palestras na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ); no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ); na rede de pesquisa INCT-INEAC; e no Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM);

A participação em mesas da ANPOCS: "Você trabalha ou só dá aula?" Os desafios da integração das ciências sociais na formação dos operadores do direito no 44º Encontro da ANPOCS; e A lava-jato e as ciências sociais no 45º Encontro da ANPOCS.

A organização dos eventos: Seminário de pesquisa a Organização profissional dos Operadores do direito em 2020, e o Encontro Regional de Pesquisa Empírica em Direito na UNIRIO, em 2019. E do GT Sociologia Política do Direito na Rede de Pesquisa Empírica em Direito desde 2018; e o GT Sociologia do processo e da administração de conflitos no Congresso da Associação Brasileira de Sociologia do Direito (ABRASD).

Por fim, o coordenador foi convidado para ser o Editor da Revista de Estudos Empíricos em Direito (REED).

Nas atividades de difusão como a publicação de artigos e participação em eventos estão discriminadas no relatório técnico no sistema do CNPq.

5) Internacionalização

Em termos de internacionalização, destaco a participação do projeto internacional “*Droit, Justice et Catégorisations*” coordenado por Baudouin Dupret do CNRS da França e Julie Colemans da

Université de Liège na Bélgica. As atividades do Seminário de Pesquisa A organização profissional dos operadores do direito com o pesquisador de pós-doutorado Fábio Ferraz de Almeida e o pesquisador Sigurd D’Hont da Jyvaskyla University na Finlândia; e o pesquisador Baudouin Dupret do CNRS.

Esta colaboração ainda permitiu o convite como Professor visitante no laboratório de pesquisa *Les Afriques dans le Monde* na Sciences Po Bordeaux no início de 2021 quando ofereci o curso *La reproduction sociale et institutionnelle du racisme au Brésil* (<https://www.sciencespobordeaux.fr/fr/recherche/professeurs-invites.html>).

A apresentação de trabalho com Luiza Barçante “(Dis)trusting the Police: A Comparison Between the Relationship of the Public Attorney's Office and the Police in Brazil and in France em 2019

(<http://www.iisj.net/en/workshops/social-control-judicialization-social-problems-and-governance-security-comparative>) no International Institute for the Sociology of Law na Cidade de Oñati no evento “Workshop Social Control, Judicialization of Social Problems and Governance of Security in Comparative Perspective”.